

Entrevista FÁBIO SANCHEZ

TRABALHO

Solidariedade em tempos de crise

O sociólogo Fábio Sanchez é secretário adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Atua ao lado do economista Paul Singer, secretário da pasta, no fomento de alternativas de empregabilidade e de um tipo de economia voltado para o bem social, e não exclusivamente ao lucro, e que emprega hoje mais de 1,7 milhão de trabalhadores brasileiros

João de Barro – Como a crise mundial está afetando os programas sociais do governo Lula e a empregabilidade no país?

Fábio Sanchez – A crise econômica tem um efeito social grande ao diminuir a quantidade de atividade econômica. Por outro lado, o que se vê é que as políticas sociais do governo têm se mantido. O Estado tem buscado ampliá-las para dar resposta ao aumento do desemprego. As iniciativas do governo representam uma política anticíclica contra a crise.

JB – O senhor poderia exemplificar? Como se dá essa cadeia de estímulo à economia?

Sanchez – Por exemplo, o próprio Bolsa-Família se torna ainda mais importante por injetar na população uma quantidade de recursos que vai manter aquecida a atividade econômica, propiciando, mesmo que minimamente, um certo poder de compra da população menos favorecida, que, naturalmente, tem por consequência a manutenção e criação de postos de trabalho. Investimentos em educação, em saúde, em qualquer área, são investimentos públicos que além de gerar trabalho, ajudam a manter um certo nível de atividade econômica, fazendo que a curva declinante da economia não seja tão intensa.

JB – E o FAT também não pode ser usado para isso?

Sanchez – O MTE tem buscado colocar à disposição os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) mais agilidade, para financiar os pequenos e médios produtores, que são alguns dos setores que geram empregos. Tudo isso, visando minimizar os efeitos da crise.

JB – Defina economia solidária.

Sanchez – A economia solidária é toda forma de organização da atividade econômica coletiva não caracterizada pela separação entre patrão e empregado. Ou seja, todos aqueles que trabalham nesta organização (empresa) também são seus gestores de forma aberta e democrática. É o que chamamos de autogestão. Esta característica faz que a economia solidária, nestes momentos de crise, quando a tendência do empregador é demitir para enxugar,

os empreendimentos solidários, pelo contrário, vise a preservar os postos de trabalho. A economia solidária, na forma de cooperativas, associações e grupos informais nesses mesmos moldes, sempre surgiu ao longo da história, em momentos de exclusão social mais intensa. No Brasil, ela ressurgiu nos anos 80, quando o desemprego começa a aumentar.

JB – Conclui-se que o ambiente de crise favorece a economia solidária? Isso não é uma contradição?

Sanchez – Na crise a economia solidária se fortalece. E sim, eu diria que há uma contradição. Nos anos 80 havia uma crise profunda e ela surgiu como uma resposta objetiva. Porém eu não diria que os momentos de crise favorecem, mas propiciam novos empreendimentos econômicos solidários. O mercado formal capitalista de emprego fica esgotado. Na impossibilidade de assalariamento nas empresas, os trabalhadores começam a se organizar e criar formas alternativas de trabalho. Muitas vezes no empreendedorismo individual, mas com uma taxa de insucesso grande, e outras que acreditamos ser mais eficientes, que é a formação de empreendimentos coletivos, cooperativados, associados.

“Nosso objetivo é extirpar as falsas (cooperativas) e fazer com que as verdadeiras cresçam”

JB – E a contradição onde está?

Sanchez – É que a crise atinge também a economia solidária já existente. Trata-se de um sistema produtivo oposto ao capitalista em sua organização, mas está no mercado como os outros empreendimentos. O objetivo da empresa capitalista é o lucro, e o da economia solidária é gerar trabalho e renda ao trabalhador. Ou seja, é oposto, mas não à margem do mercado, e acaba sofrendo com a crise também.

JB – Quais são os números da Eco-

nomia Solidária (ES) no Brasil?

Sanchez – Temos no MTE um mapeamento da ES no Brasil, já realizado em 52% dos municípios. Temos cadastrados no nosso sistema 22 mil e m - empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, associações e grupos coletivos informais). São 1,7 milhão de trabalhadores e trabalhadoras vivendo do trabalho nesses empreendimentos. Isso representa 0,5% do PIB nacional. Se não é uma participação grande, também não é desprezível. Um dos setores que está sendo bastante atingido pela crise é o das empresas recuperadas (empresas que faliram e foram assumidas pelos trabalhadores), principalmente na metalurgia e no setor automotivo. Há casos de queda de 60% no faturamento.

JB – E como enfrentar esse problema?

Sanchez – Nós temos dialogado, e eles estão buscando incremento da produção com linhas de crédito. Temos um diagnóstico, que com a crise deve aumentar o número de falências e de empresas recuperadas. Para dar uma resposta, visando manter postos de trabalho, a gente tem discutido duas ações principais. Uma é crédito para essas empresas – o BNDES já tem uma linha de financiamento para essas empresas de 200 milhões de reais que estamos tentando revalidar com novos critérios em algumas semanas. Isso já é algo bem concreto. Também existe uma discussão ainda muito incipiente, mas que pode vingar, de utilização do FAT para uma outra linha. Por fim, temos estudado uma maneira de prestar assistência técnica para as empresas recuperadas. Elas precisam de algum tipo de consultoria de gestão. Outro setor que está sentindo forte a crise são os catadores de material reciclável. O preço da tonelada do papelão caiu vertiginosamente. O que gera uma preocupação social e até ambiental, porque diz respeito a toda problemática do lixo.

JB – Como o senhor vê as

cooperativas e o que pode ser feito para coibir essas iniciativas?

Sanchez – Olha, esse é um problema sério. As cooperativas ou cooperfraudes também surgem como uma resposta à crise, e, conforme o desemprego aumenta, elas também aumentam e representam uma resposta negativa. Isso na década de 90 foi um boom. Porém, eu não gosto de chamá-las de cooperativas, pois são iniciativas que se utilizam da forma jurídica de cooperativa para burlar a Lei. São falsas cooperativas, na verdade. Com esse crescimento também houve uma resposta muito forte em termos de fiscalização do MTE e Ministério Público do Trabalho para coibi-las. Em 2003 foi assinado um TAC entre o MP e a Advocacia Geral da União (AGU) que proíbe a União de contratar esse tipo de cooperativas. Temos uma avaliação crítica desse instrumento de que ao mesmo tempo que essa iniciativa evitou a fraude, impediu que o governo também contratasse as verdadeiras. Desde 2003 o MTE tem se debruçado sobre esse problema e chegado à conclusão de que, para resolvê-lo, precisamos de uma lei que regule esse trabalho, dando clareza para essa forma de sociedade e proporcionando segurança jurídica para que se evite a precarização do trabalho e da própria existência da cooperativa. Esse projeto de lei prevê que nenhuma cooperativa possa precarizar o trabalho de seus cooperados. Esse projeto já foi votado na Câmara dos Deputados e está no Senado Federal para ser avaliado, se depender dos nossos esforços, ainda neste semestre. Nosso objetivo é extirpar as falsas e fazer com que as verdadeiras cresçam. ■



Foto: Senaes/divulgação